

O desafio da dívida interna

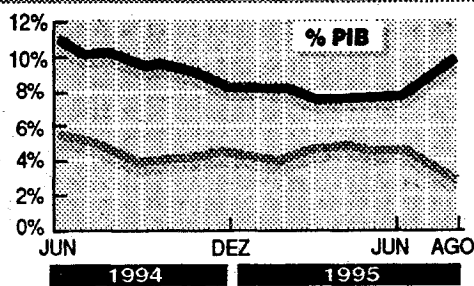
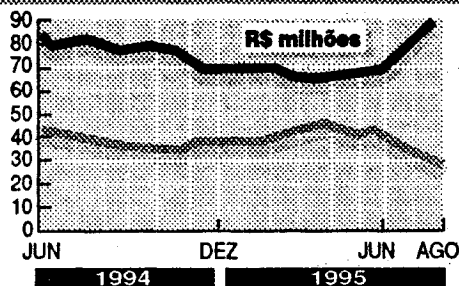
Até agosto, a dívida interna — papéis do governo em mãos de bancos e do público — está nos mesmos patamares de início do Plano Real, descartando sustos de explosão. A avaliação é de Francisco Lopes, diretor de Política Econômica do Banco Central. E, para setembro, as previsões da equipe econômica são de que também não haverá aumento grande na dívida interna mobiliária que, ao final de agosto, era de R\$ 77,021 bilhões. Em julho, foi de R\$ 77,041 bilhões.

Para Francisco Lopes, a redução real da dívida, ocorrida no primeiro ano do plano, é fruto, basicamente, do processo de aumento de moeda em poder do público. “O crescimento dessa dívida, em julho e agosto, foi provocado pelo aumento de reservas internacionais e das operações de assistência de liquidez que as autoridades monetárias foram obrigadas a dispensar às instituições financeiras”, avalia.

O diretor do BC lembra, ainda, que, em relação ao PIB, o endividamento caiu ao longo do Real. “E essa relação é extremamente baixa em comparação com outros países”, afirma Francisco Lopes. Em dezembro de 1994, essa relação era de 24,3% — computando toda a dívida federal. Em dezembro de 1990, 40,4%. Apenas a dívida mobiliária representa 10,4% do PIB. E quando Lopes diz que, em comparação com outros países, a relação de endividamento diante do PIB é baixa, tem razão. Nos EUA, 40%; na Alemanha, 46,8%; na França, 35,5%; na Itália, 124,3%, e no Canadá, 66%.

Mesmo sem explosões, o grande desafio é financiar essa dívida. Diante da rigidez dos gastos públicos — que só aumentam —, a perspectiva é de crescimento dessa dívida. O governo será obrigado a continuar pegando dinheiro no mercado para se financiar sem ver suas receitas aumentarem.

DÍVIDA FEDERAL



— Dívida interna - - - - - Dívida interna líquida

